



Estudo Técnico Preliminar

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, apresentando os estudos preliminares necessários para a contratação da solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

NOTA TÉCNICA – Decreto Municipal nº 24.006/2023, Art. 3º, VII

“Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – **DFD 74 (Doc. nº 12395306)**, bem como demonstrar a **viabilidade técnica e econômica** das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Objetivo:	Aquisição de cestas básicas embaladas, compostas por itens alimentícios padronizados, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, para assegurar a continuidade do benefício eventual previsto em lei, em consonância com os preceitos do SUAS, LOAS e legislação municipal.
Rito Processual:	Comum (Inciso II, Art. 3º do Decreto Municipal nº 25.530/24)
Unidade Requisitante:	Gerência de Proteção Social Básica – GPSB
Unidade de Planejamento:	Setor de Compras da Gerência Administrativa – SC
E-mail:	gc.semcaspi@gmail.com

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI, por meio da Gerência de Proteção Social Básica - GPSB, é responsável pela execução das ações de proteção social no município de Teresina, voltadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) e a legislação municipal vigente (Lei nº 4.916/2016).

Considerando a Justificativa (Doc. nº 12261417) a iminência do término do contrato vigente nº 35/2024, previsto para 16/07/2025, a SEMCASPI identificou a necessidade emergencial da aquisição de 14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas, compostas por itens alimentícios padronizados e devidamente embalados, para atender famílias em situação de insegurança alimentar e

contingência social, assistidas pelas unidades descentralizadas da Secretaria.

A descontinuidade no fornecimento acarretaria prejuízos significativos, como o agravamento da insegurança alimentar, sobrecarga dos serviços assistenciais e violação do princípio da continuidade do serviço público. Dessa forma, a contratação visa garantir o atendimento regular e eficaz às demandas urgentes de alimentação básica.

Aquisição de bens alimentícios organizados em cestas básicas padronizadas, que não configuram prestação de serviços. As cestas deverão atender rigorosamente às especificações técnicas definidas a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade por Cesta	Especificações Técnicas
1	Açúcar Cristal	Kg	1	Embalagem plástica lacrada, coloração própria, sem impurezas, validade mínima de 4 meses
2	Arroz Branco Tipo 1 (Agulhinha)	Pacote (1kg)	1	Embalagem resistente com rótulo completo, isento de sujidades, validade mínima de 4 meses
3	Café Torrado e Moído (Forte)	Pacote (250g)	1	Embalagem a vácuo, rotulagem completa, validade mínima de 4 meses
4	Farinha de Mandioca Crua Tipo 1 (Branca)	Kg	1	Embalagem transparente, sem umidade ou fermentação, validade mínima de 4 meses
5	Flocos de Milho Amarelo (Pré-cozido)	Pacote (500g)	2	Embalagem resistente com informações nutricionais, validade mínima de 4 meses
6	Feijão Carioca	Kg	2	Embalagem transparente, isento de impurezas, validade mínima de 4 meses
7	Leite em Pó Integral (Sem Açúcar)	Pacote (200g)	2	Embalagem laminada, selo de inspeção, validade mínima de 4 meses
8	Macarrão Espaguete	Pacote (400g)	2	Embalagem plástica resistente, rotulagem nutricional, validade mínima de 4 meses

9	Óleo de Soja	Und (900ml)	1	Garrafa plástica ou lata com identificação clara, validade mínima de 6 meses
10	Sardinha em Lata (com óleo)	Und (125g)	2	Lata abre fácil, com selo de inspeção e validade impressa, sem ferrugem ou vazamentos
11	Biscoito Salgado (Tipo Cream Cracker)	Pacote (350g)	1	Embalagem dupla face transparente, rotulagem obrigatória, validade mínima de 4 meses

A contratação está respaldada por previsão orçamentária e recursos financeiros próprios do município, conforme disposto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa ação integra o conjunto de medidas essenciais para garantir o direito à alimentação e a dignidade das famílias em situação de vulnerabilidade no município de Teresina.

2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As especificações técnicas mínimas das cestas básicas a serem contratadas deverão atender aos requisitos técnicos e funcionais descritos a seguir, com o objetivo de assegurar a adequada execução das ações de proteção social básica. Estas ações são direcionadas ao atendimento emergencial de famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme demandas identificadas pela Gerência de Proteção Social Básica - GPSB da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI.

Item	Quantidade por Cesta	Unidade	Características Técnicas Mínimas
Açúcar Cristal	1	Kg	Coloração própria, embalagem plástica lacrada e atóxica, sem impurezas, validade mínima de 4 meses
Arroz Branco Tipo 1 (Agulhinha)	1	Pacote (1kg)	Embalagem resistente, com rótulo contendo informações obrigatórias, isento de sujidades, validade mínima de 4 meses
Café Torrado e Moído (Forte)	1	Pacote (250g)	Embalagem a vácuo, com dados de identificação, validade mínima de 4 meses
Farinha de Mandioca Crua Tipo 1 (Branca)	1	Kg	Embalagem transparente, isenta de sujidades, umidade ou fermentação, validade mínima de 4 meses
Flocos de Milho Amarelo (Pré-cozido)	2	Pacote (500g)	Embalagem limpa e resistente, com informações nutricionais, validade mínima de 4 meses

Feijão Carioca	2	Kg	Embalagem transparente, sem impurezas, validade mínima de 4 meses
Leite em Pó Integral (Sem Açúcar)	2	Pacote (200g)	Embalagem laminada, com selo de inspeção, validade mínima de 4 meses
Macarrão Espaguete	2	Pacote (400g)	Embalagem plástica resistente, com informações nutricionais, validade mínima de 4 meses
Óleo de Soja	1	Und (900ml)	Garrafa plástica ou lata, com identificação clara, validade mínima de 6 meses
Sardinha em Lata (com óleo)	2	Und (125g)	Lata abre fácil, com selo de inspeção, validade impressa, sem ferrugem ou vazamentos
Biscoito Salgado (Tipo Cream Cracker)	1	Pacote (350g)	Embalagem dupla face, transparente, com dados obrigatórios, validade mínima de 4 meses

3 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A CONTRATAR

Conforme o **Documento de Formalização de Demanda – DFD 74 (Doc. nº 12395306)** e considerando a justificativa técnica fundamentada no **encerramento iminente do contrato vigente nº 35/2024, com término previsto para 16/07/2025**, será necessária a aquisição emergencial de cestas básicas para garantir a continuidade da oferta do benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI.

A composição técnica mínima de cada cesta básica, bem como as quantidades por item, estão detalhadas a seguir:

Item	Quantidade por Cesta	Unidade	Características Técnicas Mínimas
Açúcar Cristal	1	Kg	Coloração própria, embalagem plástica lacrada e atóxica, sem impurezas, validade mínima de 4 meses
Arroz Branco Tipo 1 (Agulhinha)	1	Pacote (1kg)	Embalagem resistente, com rótulo contendo informações obrigatórias, isento de sujidades, validade mínima de 4 meses
Café Torrado e Moído (Forte)	1	Pacote (250g)	Embalagem a vácuo, com dados de identificação, validade mínima de 4 meses

Farinha de Mandioca Crua Tipo 1 (Branca)	1	Kg	Embalagem transparente, isenta de sujidades, umidade ou fermentação, validade mínima de 4 meses
Flocos de Milho Amarelo (Pré-cozido)	2	Pacote (500g)	Embalagem limpa e resistente, com informações nutricionais, validade mínima de 4 meses
Feijão Carioca	2	Kg	Embalagem transparente, sem impurezas, validade mínima de 4 meses
Leite em Pó Integral (Sem Açúcar)	2	Pacote (200g)	Embalagem laminada, com selo de inspeção, validade mínima de 4 meses
Macarrão Espaguete	2	Pacote (400g)	Embalagem plástica resistente, com informações nutricionais, validade mínima de 4 meses
Óleo de Soja	1	Und (900ml)	Garrafa plástica ou lata, com identificação clara, validade mínima de 6 meses
Sardinha em Lata (com óleo)	2	Und (125g)	Lata abre fácil, com selo de inspeção, validade impressa, sem ferrugem ou vazamentos
Biscoito Salgado (Tipo Cream Cracker)	1	Pacote (350g)	Embalagem dupla face, transparente, com dados obrigatórios, validade mínima de 4 meses

A quantidade total estimada a ser contratada é de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas**. Esta estimativa foi elaborada com base na análise do histórico de consumo dos últimos 03 (três) anos, na projeção de crescimento da demanda, na ausência de estoque atual e na necessidade de atendimento imediato após o término do contrato vigente.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, por meio da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional - GSAN, realizou levantamento de mercado para a aquisição emergencial de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas**. O objetivo é garantir a continuidade do benefício eventual de segurança alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina.

Conforme o **Documento de Formalização de Demanda – DFD 74 (Doc. nº 12395306)**, a necessidade está dimensionada em **14.000 (quatorze mil) unidades de cestas básicas padronizadas**, com valor unitário inicialmente estimado em R\$ 100,00 (cem reais), totalizando R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Este parâmetro orienta a análise de viabilidade técnica e econômica da contratação.

Foram avaliadas todas as modalidades de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, buscando aquela que melhor conciliasse legalidade, eficiência, economicidade e celeridade.

A adesão a **atas de registro de preços foi descartada**, mediante **Ofício 812 (Doc. nº 12481541)** devido à inexistência de registros vigentes que atendam às especificações e quantidades requeridas. A **contratação direta por inexigibilidade ou por valor abaixo do limite legal também foi afastada**, por não garantir ampla concorrência nem pluralidade de fornecedores, comprometendo os princípios da economicidade e competitividade.

Considerou-se a possibilidade de **parceria com organizações da sociedade civil**, conforme o Marco Regulatório (Lei nº 13.019/2014). Contudo, os procedimentos exigidos — como chamada pública, análise técnica e celebração de plano de trabalho — **são incompatíveis** com a urgência da demanda.

Outras alternativas, como o uso de **cartão de pagamento ou a celebração de convênios com outros entes federados**, **mostraram-se inadequadas diante do volume e dos prazos necessários**, acarretando risco à continuidade do fornecimento.

O **credenciamento, previsto no artigo 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, inicialmente considerado, apresenta limitações para esta contratação, uma vez que, embora permita habilitação simultânea de diversos fornecedores, não assegura competição efetiva por preço mediante disputa aberta, dificultando a obtenção do melhor preço para a Administração**. Ademais, pode gerar complexidade na gestão contratual, especialmente no que tange à coordenação das entregas e ao controle da qualidade entre múltiplos fornecedores. Por fim, a flexibilidade proporcionada pelo credenciamento não se alinha à necessidade de garantir preço competitivo e menor custo unitário, sobretudo diante do valor global estimado para esta aquisição.

Diante deste cenário, o pregão eletrônico revela-se a modalidade mais adequada para esta contratação emergencial, pois é indicado para aquisição de bens comuns, como as cestas básicas, cujas especificações podem ser objetivamente definidas; permite ampla concorrência e disputa pública entre os fornecedores, viabilizando a obtenção do menor preço e maior economicidade para a Administração; propicia agilidade no processo licitatório, com fases claras de apresentação de propostas e lances, além de julgamento objetivo e transparente; e atende aos princípios da legalidade, eficiência, publicidade, isonomia e competitividade, essenciais para a boa gestão dos recursos públicos.

Com base na **Cotação de Preços** realizada junto a **03 (três) fornecedores especializados (Doc. nº 12408534) — Referência Distribuidora, GG Comércio de Alimentos e SS Nunes Ltda. — foram apresentados valores unitários de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais); R\$ 93,00 (noventa e três reais); e R\$ 83,63 (oitenta e três reais e sessenta e três centavos), respectivamente. A média ponderada calculada foi de R\$ 88,54 (oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por cesta, com coeficiente de variação de 5% (cinco por cento), indicando uniformidade e competitividade nos preços praticados, conforme o Mapa Comparativo de Preços (Doc. nº 12408058).**

Embora o valor inicialmente estimado no Documento de Formalização de Demanda – DFD 74 (Doc. nº 12395306) fosse de R\$ 100,00 (cem reais) por cesta, a atualização, com base na pesquisa recente, possibilitou redução significativa para R\$ 88,54 (oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), refletindo a realidade atual dos preços e garantindo maior economicidade para a Administração Pública.

Em suma, o pregão eletrônico viabiliza a contratação ágil, segura e economicamente vantajosa, compatível com a urgência e a natureza contínua do fornecimento, garantindo atendimento eficiente e tempestivo às famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina.

5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado fornecedor, considerando cotações obtidas de empresas especializadas no fornecimento de cestas básicas padronizadas. As propostas foram encaminhadas à área requisitante, observando-se a compatibilidade técnica dos itens ofertados com as necessidades da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, especialmente quanto ao atendimento emergencial de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A composição estimada de custos está apresentada a seguir:

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Cesta Básica Padronizada	14.000 (quatorze mil) unidades	88,54	1.239.560,00

Os valores apresentados no Mapa Comparativo de Preços (Doc. nº 12408058) resultam da média ponderada das cotações obtidas junto a 03 (três) empresas especializadas do setor: Referência Distribuidora R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), GG Comércio de Alimentos R\$ 93,00 (noventa e três reais) e SS Nunes Ltda. R\$ 83,63 (oitenta e três reais e sessenta e três centavos). A média apurada é de R\$ 88,54 (oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por unidade, com coeficiente de variação de 5% (cinco por cento), o que demonstra homogeneidade e representatividade dos preços coletados no mercado.

Destaca-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o **pregão eletrônico é a modalidade adequada para aquisição de bens comuns, permitindo ampla concorrência e disputa direta entre os fornecedores, o que assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo o menor preço e a maior economicidade, além do atendimento às exigências técnicas previstas no edital.**

Assim, a presente estimativa evidencia a viabilidade econômica, **a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a aderência ao modelo legal do pregão eletrônico, assegurando eficiência, celeridade e continuidade no atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar, com respaldo nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.**

Ademais, **cumpra-se destacar que a presente contratação está prevista no Plano Plurianual – PPA 2022–2025 e também se insere na programação orçamentária do ciclo 2026–2029, o que assegura a compatibilidade da despesa com os instrumentos de planejamento governamental.**

A aquisição das cestas básicas compõe as ações estruturantes de segurança alimentar e proteção social básica previstas para o município de Teresina, em especial no âmbito da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI.

Assim, **a contratação encontra-se devidamente justificada e respaldada não apenas em dotação orçamentária disponível para o exercício de 2025, mas também em projeção contínua para o exercício de 2026, conforme previsto nos planos plurianuais em vigor, assegurando aderência aos princípios da legalidade, planejamento e responsabilidade fiscal, conforme Despacho 2056 (Doc. nº 12851638).**

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição emergencial de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas**, destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, no município de Teresina.

A solução foi construída com base em diagnóstico técnico-operacional realizado pelas equipes da Gerência de Proteção Social Básica - GPSB e da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional - GSAN, que constatarem a necessidade imediata e contínua de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. A urgência se dá, sobretudo, diante da iminência do **término do contrato vigente nº 35/2024, previsto para 16/07/2025**, e da necessidade de evitar descontinuidade no fornecimento do benefício eventual de alimentação, essencial ao enfrentamento da insegurança alimentar.

Foram analisadas alternativas como parcerias com organizações da sociedade civil, convênios com entes públicos, doações e utilização de estoques remanescentes. Entretanto, tais possibilidades foram tecnicamente inviáveis em razão de prazos incompatíveis com a urgência da demanda, limitações operacionais e inexistência de estoque suficiente para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, **a solução proposta consiste na aquisição direta por meio de pregão eletrônico,**

modalidade prevista na Lei nº 14.133/2021 especialmente indicada para a compra de bens comuns, como as cestas básicas, cujas especificações podem ser objetivamente definidas.

O levantamento de mercado, conduzido pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, identificou o valor médio ponderado de R\$ 88,54 (oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por unidade de cesta básica, com base em cotações obtidas junto a 03 (três) fornecedores distintos, totalizando o valor estimado de R\$ 1.239.560,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais) para o fornecimento total de **14.000 (quatorze mil) unidades de cestas básicas padronizadas.**

Embora o valor global estimado ultrapasse os limites para dispensa de licitação por valor, **o pregão eletrônico possibilita ampla concorrência e disputa pública entre os fornecedores, viabilizando a obtenção do menor preço e maior economicidade para a Administração.**

Essa modalidade assegura a agilidade necessária ao atendimento emergencial, respeita os princípios da economicidade, legalidade, isonomia, competitividade e interesse público, além de propiciar julgamento objetivo e transparente.

O pregão eletrônico também permite a adaptação do fornecimento à dinâmica da demanda, viabilizando entregas contínuas e descentralizadas, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, além de garantir maior controle e eficiência na gestão contratual.

Assim, a adoção do pregão eletrônico revela-se a solução mais eficaz, segura e vantajosa para garantir a continuidade da política pública de segurança alimentar, com qualidade, agilidade e responsabilidade social.

7 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação não será objeto de parcelamento, uma vez que a aquisição emergencial de **14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas** configura-se como um conjunto único e indivisível, diretamente vinculado à execução contínua e integral da política pública de segurança alimentar no município de Teresina.

A não fragmentação da solução decorre de fatores técnicos e operacionais: o fracionamento da contratação poderia comprometer a logística de distribuição, gerar riscos de desabastecimento, ampliar o tempo de resposta à demanda emergencial e dificultar o controle e a gestão do fornecimento, prejudicando a qualidade e regularidade no atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Adicionalmente, a contratação será efetivada por meio de pregão eletrônico, modalidade que permite ampla concorrência e competição pública, assegurando a participação de diversos fornecedores e garantindo pluralidade na oferta, o que mitiga os efeitos da não divisão do objeto ao assegurar escalabilidade, capilaridade e flexibilidade na execução do fornecimento.

A adoção de lote único para a contratação, neste contexto, não implica exclusividade ou concentração do fornecimento em um único fornecedor, mas sim organização administrativa e logística para garantir agilidade, economicidade e eficiência. A possibilidade de múltiplos fornecedores participarem do certame e apresentarem suas propostas assegura a competitividade e a obtenção do melhor preço, ao mesmo tempo em que preserva a uniformidade das entregas e a padronização das cestas básicas, conforme especificações técnicas previamente definidas.

O valor total estimado de **R\$ 1.239.560,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais)** está devidamente respaldado em pesquisa de mercado atualizada e compatível com os preços praticados, demonstrando viabilidade econômica e financeira da contratação integral.

Por fim, eventuais ganhos hipotéticos decorrentes do parcelamento seriam anulados pelos impactos negativos em termos de complexidade administrativa, maior risco logístico, fracionamento da responsabilidade contratual e potencial comprometimento da continuidade do atendimento emergencial. **Assim, a contratação por lote único, associada à modalidade de pregão eletrônico, constitui a alternativa mais vantajosa, eficaz e segura para a Administração Pública, assegurando a regularidade, qualidade e agilidade no atendimento das famílias beneficiárias.**

8 - MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA

Diante da análise técnica, legal e operacional desenvolvida ao longo deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, manifesta-se pela viabilidade, legalidade e vantajosidade da contratação por meio de **pregão eletrônico, nos termos dos artigos 75, inciso VIII, e 109 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à aquisição de 14.000 (quatorze mil) cestas básicas padronizadas destinadas ao atendimento emergencial de famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina**, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI.

A solução proposta encontra respaldo nos princípios constitucionais e administrativos da legalidade, eficiência, economicidade, impessoalidade e interesse público, atendendo a critérios objetivos de necessidade imediata, continuidade de políticas públicas essenciais e segurança alimentar da população em risco.

A contratação está devidamente justificada diante da necessidade pública concreta e urgente, em razão do término iminente do contrato vigente e da inexistência de estoques suficientes para manter o atendimento regular; do alinhamento às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e às normativas da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), assegurando a continuidade do benefício eventual de segurança alimentar; da economia comprovada, **com valor unitário médio de R\$ 88,54 (oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por cesta, resultando em valor global estimado de R\$ 1.239.560,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), compatível com os preços de mercado**; da adequação da modalidade escolhida, uma vez que o **pregão eletrônico é especialmente indicado para aquisição de bens comuns, como as cestas básicas, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, além de permitir ampla concorrência e disputa pública entre fornecedores, viabilizando a obtenção do menor preço e maior economicidade para a Administração; e da impossibilidade prática e jurídica de adoção de outras modalidades, como credenciamento, adesão a atas, convênios ou parcerias com OSCs, em razão da urgência da demanda, da ausência de instrumentos vigentes compatíveis e da complexidade processual envolvida.**

Ademais, **o pregão eletrônico confere à Administração maior transparência, agilidade e eficiência, permitindo a disputa pública por lances que favorecem a redução dos preços e garantem o melhor custo-benefício, assegurando entregas organizadas e controladas conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI.**

A estimativa de custos foi precedida de pesquisa de mercado com 03 (três) fornecedores distintos, e os valores estão dentro do limite de razoabilidade e economicidade, observando as boas práticas administrativas e a jurisprudência consolidada sobre contratações emergenciais.

Conclusivamente, a contratação por meio de pregão eletrônico representa a solução mais adequada, legal, eficiente e alinhada ao interesse público diante do cenário emergencial enfrentado pela SEMCASPI, recomendando-se, portanto, o prosseguimento do processo com a devida formalização dos atos administrativos necessários.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima**, Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, em 05/09/2025, às 10:30, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13134640** e o código CRC **61082B94**.